

APRESENTAÇÃO

Marcio Silva Rodrigues¹

Márcio Barcelos²

Larissa Ferreira Tavares³

A ideia de empresa tornou-se, ao longo do século XX, um modelo de referência (SOLÉ, 2008) não apenas no setor privado, mas também no setor público. Considerada símbolo de eficiência econômica, a gestão empresarial se converte em sistema normativo que se intensifica com a expansão do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI (FOUCAULT, 2008). O avanço e predomínio da empresa se manifesta não apenas a partir da incorporação das características, da linguagem, das técnicas e dos métodos empresariais por indivíduos e/ou organizações não necessariamente econômicas, mas também como um poder transversal que contribui para redefinir as mais diversas formas de sociabilidade no mundo contemporâneo. Este processo que não apenas constitui, mas amplia o processo de generalização da ideia de empresa, tem afetado tanto os *welfare states* consolidados nos países centrais do capitalismo quanto os incipientes sistemas de proteção social nos países periféricos. De fato, não são poucas as manifestações de alinhamento dos governos com premissas empresariais, desde o discurso pró privatização, passando pela disseminação de práticas gerenciais próprias de empresas, ao estímulo a parcerias público-privadas e

¹ Professor Adjunto do Departamento de Administração, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGDTSA) e do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Professor Adjunto do Departamento em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Professora Assistente do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (ICEAC/FURG) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC)

ao empreendedorismo. Subjacente a esse processo, direitos sociais e de cidadania constitucionalmente garantidos passam a ser vistos como produtos e serviços regidos pela lógica da empresa.

A análise e discussão sobre o impacto da lógica empresarial na formulação, gestão e entrega de políticas sociais coloca-se, portanto, como agenda de pesquisa relevante para a Sociologia. Em primeiro lugar, por focar temas clássicos na pesquisa sociológica, como cidadania, direitos, relação entre Estado, mercado e sociedade, bem como a forma como são engendradas as políticas públicas sociais que dão sustentação a sistemas de proteção social. Em segundo lugar, pelo lugar destacado ocupado pela Sociologia na análise de questões relacionadas às dinâmicas de proteção social e as relações entre Estado e mercado. Nesse sentido vale lembrar que uma das obras mais icônicas sobre cidadania e direitos sociais, o clássico texto de T. H. Marshall “*Cidadania e Classe Social*” foi publicado originalmente no Brasil em um livro cujos primeiros capítulos discutem os rumos da Sociologia no século XX (MARSHALL, 1967)⁴. Finalmente, porque o debate sobre neoliberalismo, privatização e seus impactos sobre o *welfare state*, sobre sistemas de proteção social e sobre políticas sociais é amplo e diversificado (JOHNSON, 1989; ESPING-ANDERSEN, 1991, 2002; DIXON, 2002; HARTMAN, 2005). Entretanto, há uma lacuna no que diz respeito a pesquisas com foco específico **na ideia de empresa** e seus impactos não apenas formulação, implementação e gestão de políticas sociais nas mais diversas áreas setoriais, mas também na visão de mundo e na maneira como os agentes tomam suas decisões e conformam suas visões e ideias sobre o mundo que os cerca. E a possibilidade de explorar uma agenda de pesquisa sobre essa temática se articula diretamente com a discussão sobre o neoliberalismo, o papel do Estado e a proteção social em um mundo marcado pela crescente precarização.

⁴ A Parte I de “*Cidadania, Classe Social e Status*”, intitulada “A Sociologia Hoje e Amanhã” é composta de dois capítulos: “A Sociologia na Encruzilhada” e “Sociologia – O Caminho Adiante” (MARSHALL, 1967).

A leitura dos nove trabalhos que compõem esse dossiê possibilita reflexões que avançam em relação à literatura sobre neoliberalismo e políticas sociais. Em seu artigo clássico sobre a privatização de sistemas de *welfare*, Johnson (1989) desenvolve um argumento central que se tornou paradigmático nesta literatura: a diminuição do papel do Estado na provisão, financiamento ou regulação de sistemas de proteção social. Entretanto, a discussão aqui desenvolvida vai na direção da análise de uma **reconfiguração** da forma como as políticas sociais são implementadas e geridas pelo Estado. E esta reconfiguração se dá com base em um ideário fundado na ideia de empresa. A generalização desta ideia no mundo contemporâneo, assim, se impõe como fator de redesenho do papel do Estado na provisão e na entrega de políticas sociais, pautadas por pressupostos de competitividade, empreendedorismo, lógica do cliente, eficiência empresarial, dentre outros.

Portanto, o aspecto central que se destaca da discussão presente neste dossiê diz respeito à forma como pensar o neoliberalismo na contemporaneidade e suas relações com o Estado, explorando as possibilidades de uma nova agenda de pesquisa. E essa agenda de pesquisa passa, no nosso entender, pela investigação sobre a ideia de empresa, tanto na forma como se implementam as políticas sociais quanto na maneira como se constrói a categoria definida por Puello-Socarrás (2010) como *homo redemptoris*, uma construção que tem a ver com a ideia de um “homem empreendedor/empresário”. Esse “homem empreendedor” surge como exigência epistemológica para análise de um contexto onde, segundo o autor citado, observa-se a “... *inusitada reivindicación del **entrepreneurship** como clave de interpretación del fenómeno económico actual.*” (PUELLO-SOCARRÁS, 2010, p. 193 – ênfase dada pelo autor). Afinal conforme bem destaca Puello-Socarrás, as condições tanto na economia quanto nas sociedades contemporâneas são bem distintas daquelas da época em que o “*homo economicus*” surgiu como ferramenta teórica para análise da tomada de decisão humana. Trata-se, portanto, de pensar o homem empresário/empreendedor, e como ele molda e é moldado pelas políticas sociais que emanam de um Estado que passa a operar nas últimas décadas cada vez mais influenciado pela lógica da empresa privada.

O presente dossiê apresentado pela Revista *Norus*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel, busca contribuir para fazer avançar essa agenda de pesquisa. Este dossiê apresenta um conjunto de trabalhos que exploram diferentes abordagens e perspectivas teórico-analíticas, bem como uma diversidade de objetos empíricos, para proporcionar uma reflexão aprofundada sobre as relações entre o paradigma empresarial e suas premissas e a ação governamental. São discutidos temas relacionados a políticas sociais tanto no Brasil quanto na América Latina, o que se torna relevante para pensar e analisar um contexto político marcado por derrotas das forças de centro-esquerda que, na primeira década e meia do século XXI tiveram acentuado compromisso com políticas sociais nas mais diversas áreas. Entretanto, caminhando junto com esse compromisso com a proteção social, reforçou-se o paradigma da empresa, considerado como símbolo da eficiência e do que se entende por “boa gestão”.

A ordem de apresentação dos trabalhos está estruturada de forma a ir do mais amplo e geral ao mais particular. Nesse sentido, o primeiro artigo, *“Neoliberalismo como simbiose de políticas aparentemente contraditórias: as penais-punitivas e as de fomento ao neoliberalismo”*, de autoria de Rodrigo Gameiro Guimarães e Rosimeri Carvalho da Silva, propõe a articulação entre abordagens críticas ao neoliberalismo para a reflexão sobre a gestão das políticas sociais. A análise toma como ponto de partida o argumento de que no Estado neoliberal se produz uma simbiose de políticas aparentemente contraditórias. De um lado políticas que fomentam o empreendedorismo, com foco na liberdade individual e na promoção da ideia de empresa. De outro lado, políticas disciplinares-punitivas, que aplicam com grande intensidade medidas de contenção penal e encarceramento. A articulação entre abordagens críticas ao neoliberalismo possibilita, assim, uma análise aprofundada sobre a simbiose própria do programa neoliberal, que afeta diretamente o tipo de política veiculado nesse contexto. A ênfase na liberdade individual de empreender e no sujeito empreendedor se vincula e interage

diretamente com uma reconfiguração das políticas sociais, marcadas pela gestão carcerária e judicial da pobreza.

O segundo artigo, “*Administración burocrática, gerencia pública y gobernanza em los programas alimentarios de Argentina desde 1983*”, de autoria de María Victoria Sordini, busca compreender as complexidades do ofício de “fazer” políticas públicas nas democracias contemporâneas. Para isso, realiza um amplo estudo empírico sobre a percepção de técnicos e profissionais da administração pública na Argentina, responsáveis pela implementação de políticas de segurança alimentar no país, entre os anos de 1983 e 2018. O recorte temporal corresponde ao período no qual, segundo a autora, o Estado passa a ser visto como um entrave para as dinâmicas de acumulação capitalista, passando pelo período da avalanche neoliberal na década de 1990 e seus legados no período posterior. Ao longo desse período, observa a autora, a administração pública passa a enfrentar dificuldades cada vez maiores para se firmar como uma instância de garantia de direitos sociais básicos. Um processo contínuo de reconfiguração da esfera estatal, que culmina em uma ideia de “Estado-empresário”, acaba por operar uma mudança na forma de gestão e implementação das políticas de segurança alimentar na Argentina. O Estado deixa de buscar uma intervenção compensatória, no sentido de garantir direitos sociais básicos, e passa a operar no sentido de uma compensação ao capital que garanta o dinamismo do mercado.

No terceiro artigo, de autoria de Greice Martins Gomes, intitulado “*Future-se: reflexões a partir de uma ideologia da competência e do autoritarismo*”, há uma discussão sobre a relação entre a ação governamental e as premissas empresariais, tomando como base a análise do Programa Future-se. A autora investiga essa política do Governo Federal para as universidades, com sua ênfase na gestão empresarial, a partir do conceito de ideologia da competência, combinando esse conceito com a noção de autoritarismo. A ideologia da competência, como modelo organizativo-administrativo de ver o mundo, molda uma proposta de ação governamental (no caso o Programa Future-se) onde a universidade passa a ser pensada enquanto organização que é administrada pelos mesmos princípios que regem

a administração de um shopping center ou uma montadora de automóveis, ou seja, em uma lógica estritamente instrumental. A noção de autoritarismo se articula à ideologia da competência na análise da autora, uma vez que, dada a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, a tendência é que os legados do passado escravocrata venham a se fazer sentir. Assim, observa-se um movimento de reação que se articula com a lógica neoliberal e seu discurso de competência. O direito à educação superior, viabilizado por políticas sociais, passa a ser visto como um mero serviço, vendido e negociado no mercado, como qualquer outro, para aqueles privilegiados que podem pagar por ele.

Analisando a metamorfose que atravessa o mundo do trabalho e suas consequências para a proteção social, o artigo “*O Empreendedorismo como Política Social*”, de autoria de Alejandro Gabriel Acosta, reflete sobre os novos diagnósticos sobre o desemprego, analisando o caso empírico do Uruguai. Em uma ordem neoliberal a origem e a responsabilização pela fragilidade colocada pela situação de desemprego passa a ser colocada no indivíduo desempregado. Não se trata mais de uma responsabilidade de políticas estatais, e a ideia de políticas públicas de proteção social (políticas sociais) perde qualquer significado. Uma linguagem própria do ethos empresarial, baseada na promoção do empreendedorismo, atende e responsabiliza o indivíduo desempregado, e assim a política social passa a ser ressignificada, com foco não mais na ação do Estado, mas sim na decisão individual. O autor analisa empiricamente o programa *Trabajo por Uruguay*, implementado a partir da criação do *Ministerio de Desarrollo Social*, em 2005. Ressalta-se na análise o foco em transformar o trabalhador desempregado em empreendedor, promovendo uma subjetividade empresarial que o torne capaz de elaborar as mais eficientes estratégias individuais para aumentar seu “nível de empregabilidade”. O ponto mais importante a ser destacado aqui é que esta orientação, do empreendedorismo como política social, é implementada no contexto dos governos de centro-esquerda da Frente Ampla, que chega ao governo uruguaio com Tabaré Vázquez, no ano de 2004.

O quinto artigo, *“Políticas sociales orientadas a las juventudes: revisiones críticas sobre las nociones de capital humano y empleabilidad em las intervenciones estatales”*, de autoria de Rebeca Cena, problematiza a forma como as políticas sociais orientadas para a juventude acabam por construir, elas mesmas, as problemáticas que dizem abordar. Analisando empiricamente duas políticas sociais voltadas para a juventude em duas cidades argentinas, a autora investiga a maneira como se constroem percepções sobre o que “deveria ser” uma política para a juventude. E encontra que essas políticas, ainda que orientadas para tratar de toda a complexidade relacionada à juventude, elas mesmas já trazem em si um desenho elaborado por agentes estatais que se colocam como “porta vozes” da juventude. A percepção desses agentes estatais, que acaba se refletindo no desenho das políticas públicas, se sustenta nas noções de empregabilidade e de capital humano. E o foco, como não poderia deixar de ser em uma ordem neoliberal, é no indivíduo e na sua culpabilização, seja pelos sucessos ou pelos fracassos. Assim, as juventudes pobres, que recebem essas políticas, tendem a ser incluídas no mercado de trabalho, se o forem, mediante processos que a culpabilizam e que individualizam um conjunto de situações de dificuldade cujas raízes são encontradas em contextos sociais muito mais amplos e complexos. A política social assim, ironicamente (ou nem tanto) acaba por construir a problemática que busca abordar.

A análise das inter-relações entre os discursos das políticas federais de cultura no Brasil com a renovação do neoliberalismo e com a teoria econômica das organizações é o foco do sexto artigo, intitulado *“A generalização da forma empresa expressa na política federal de cultura – experimento de renovação do neoliberalismo”*, de autoria de Patricia Tometich, Rosimeri Carvalho da Silva e Rodrigo Gameiro Guimarães. Os autores constroem um levantamento histórico das políticas públicas para cultura no contexto pós Constituição Federal de 1988, e identificam três momentos distintos. O primeiro diz respeito à década de 1990, onde predomina o discurso de Estado mínimo e as políticas de cultura são direcionadas pelas leis de incentivo fiscal. O segundo momento corresponde aos anos 2000, com políticas voltadas à diversidade e foco nas manifestações populares.

Finalmente, a partir de 2010, percebe-se políticas que reconfiguram o foco econômico da década de 1990, com sua ênfase no empreendedorismo e na Economia Criativa. Um dos principais achados da pesquisa é o de que, com essa reconfiguração em curso, a Política Federal de Economia Criativa acaba por disseminar a generalização da forma empresa como solução para os mais diversos problemas de gestão. As políticas públicas de cultura passam a operar com base no incentivo ao empreendedorismo, ainda que as políticas sejam voltadas para a inclusão social, seu foco é nos “empreendedores culturais”, capazes de ir ao mercado oferecer cada vez mais novos produtos. A lógica da empresa, assim, se coloca como conjugada ao movimento de renovação do neoliberalismo. Não se trata mais de diminuir o papel do Estado ou privatizá-lo, mas sim de fazê-lo operar de acordo com a ideia (generalizada) da empresa.

Os três artigos finais direcionam suas ênfases aos agentes que recebem as políticas sociais, com pesquisas empíricas baseadas em etnografias que buscam investigar a forma como as pessoas reagem a políticas públicas que operam de acordo com a lógica da empresa. O sétimo artigo, intitulado “*Quando a política desafia a polícia: subjetivações em um Ponto de Cultura*”, de autoria de João Pedro Cé, Pedro Tedesco, Cristiano Hamann e Adolfo Pizzinato, investiga as implicações da política pública dos pontos de cultura junto à população jovem nas comunidades onde ela se insere. Em pesquisa etnográfica numa comunidade da cidade de Porto Alegre, os autores concluem que os Pontos de Cultura acabam por constituir possibilidades de inflexão no cotidiano dos agentes envolvidos, jovens que participam dos programas. Isso se dá pela ativação de processos de subjetivação política, expressados, por exemplo, por meio de ações de militância, onde os participantes passam a se constituir politicamente, trazendo possibilidades de mudança na percepção coletiva de cada participante. Entretanto, os autores não deixam de enfatizar que também esta política pública opera num contexto onde predomina a influência neoliberal e, no caso específico analisado, a

lógica da rentabilidade, com foco na inserção das/dos jovens na lógica do mercado.

O penúltimo artigo, intitulado “*Mercado de serviços pessoais: técnicas gerenciais e rituais nas práticas das consultorias pessoais*”, de autoria de Maria Luisa C. E. de Dios realiza uma pesquisa etnográfica para analisar serviços de consultoria pessoal que oferecem, em uma lógica empresarial, serviços que antes circulavam na esfera da dádiva. A generalização da forma empresa se expressa na maneira como os serviços de consultoria oferecidos por prestadores que se autodenominam *personals* apagam as fronteiras entre as dimensões mágica e empresarial. Esses *personals*, assim, atuam como mediadores culturais, capazes de levar a linguagem gerencial para dentro da intimidade de seus clientes.

Finalmente o nono artigo, intitulado “*Ethos del mundo Andino: organización y manifestaciones locales del trabajo em los territorios de Puno Perú y el Alto Bolivia*”, de autoria de Edwin Catacora Vidangos e José M. G. Loyola, também realiza, assim como os dois anteriores, um estudo etnográfico que analisa a dimensão dos agentes em um mundo onde o neoliberalismo se reconfigura e a forma empresa se generaliza. Os autores direcionam seu foco analítico à forma como sociedades nos altiplanos de Peru e Bolívia se articulam para reagir à implementação de políticas de cunho neoliberal na área de promoção do trabalho e combate ao desemprego, investigando as estratégias de trabalho, economia e cultura produzidas nessas sociedades. O principal achado da pesquisa diz respeito à influência da cultura local como articuladora e impulsionadora de novas formas de trabalho em sociedades com baixos níveis de emprego formal assalariado. Surge assim uma economia local que combina estratégias tradicionais e modernas que apresentam possibilidades de resistência às políticas públicas oficiais para geração de trabalho e renda, com seu foco no individualismo e nas métricas de eficiência ancoradas na lógica da empresa.

Portanto, como se observa, o fio condutor a articular os trabalhos aqui expostos remete à ideia de empresa e sua generalização no mundo contemporâneo. Aspecto esse dos mais significativos no processo em curso de reconfiguração do neoliberalismo. Chamamos a atenção, nesse dossiê, para

as possibilidades de focos de análise direcionados não apenas à discussão mais “clássica” sobre neoliberalismo e políticas sociais – diminuição do papel do Estado, privatização, descentralização, *homo economicus* etc – mas também para a análise de um “novo” neoliberalismo – discurso da empresa, empreendedorismo, controle, *homo redemptoris*, etc – o que abre uma agenda de pesquisa nova e ainda inexplorada.

É o convite que fica à discussão. Desejamos a todas e todos boa leitura e frutíferas reflexões.

Referências Bibliográficas

- DIXON, J. **The State of Social Welfare**. London: Praeger Publishers, 2002;
- ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. N° 24, 1989, pp. 85-116.
- ESPING-ANDERSEN, G. **Why We Need a New Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2002;
- FOUCAULT, M. _____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARTMAN, Y. In Bed with the Enemy: Some Ideas on the Connections between Neoliberalism and the Welfare State. **Current Sociology**, Vol. 53, N° 1, 2005, pp. 57-73.
- JOHNSON, N. The Privatization of Welfare. **Social Policy and Administration**. Vol. 23, N° 1, May, 1989, pp. 17-30.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Del *Homo Economicus* al *Homo Redemptoris*: Empreendimento y Nuevo Neoliberalismo. **Otra Economía**: Revista Latinoamericana de Economía Social e Solidária. Vol. IV, N° 6, 2010, pp. 181-206
- SOLÉ, A. L'enterprisation du monde. In CHAIZE, J.; TORRES, F. **Repenser l'entreprise**: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.